



**ESTADO DE GOIÁS**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA**  
**E DO ADOLESCENTE DE VARJÃO/GO**  
**PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR**  
**EDITAL 002/2023**

**PROVA OBJETIVA**

**LEIA COM ATENÇÃO E SIGA AS INSTRUÇÕES**

1. Para a realização deste exame, você está recebendo este CADERNO DE QUESTÕES. No momento oportuno, lhe será entregue a sua FOLHA DE RESPOSTAS. **NÃO DEIXE DE ASSINAR** seu caderno de questões e sua folha de respostas (gabarito).
2. Verifique se seu CADERNO DE QUESTÕES possui 40 (quarenta) questões, numeradas de 01 a 40. Do contrário, solicite outro ao FISCAL, imediatamente. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. Para cada questão existe apenas **UMA** resposta correta, que deverá ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
4. Você terá 03 (três) horas para responder a todas às questões e preencher a FOLHA DE RESPOSTAS.
5. Nenhum candidato poderá sair da sala antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
6. O PORTE de quaisquer fontes de consulta, aparelhos de comunicação - inclusive telefone celular a qualquer momento caracteriza TENTATIVA DE FRAUDE, procedendo-se à retirada imediata do candidato e a sua ELIMINAÇÃO SUMÁRIA do certame. Será igualmente excluído o candidato surpreendido em comunicação com outros candidatos.
7. Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **CADERNO DE QUESTÕES** e a **FOLHA DE RESPOSTAS** devidamente **ASSINADAS**. A não devolução de qualquer um destes implicará na eliminação do candidato.
8. Os 03 (três) últimos candidatos a concluírem a prova, deverão sair juntos e assinar em local apropriado na ATA DA PROVA.
9. O CADERNO DE QUESTÕES e o GABARITO PRELIMINAR serão divulgados no dia 06/10/2023, após as 19h na página principal do site <http://www.varjao.go.gov.br>
10. Quaisquer questionamentos, reclamações e interposição de recurso contra a prova e o Gabarito Preliminar, poderá ser feito por meio de recurso direcionado ao presidente do CMDCA, até às 23h59min do dia 08 de outubro de 2023. O Fiscal de Sala não possui prerrogativa para prestar quaisquer esclarecimentos relacionados ao certame.
11. O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado.
12. O candidato será aprovado se obtiver 70% (setenta por cento) de aproveitamento, ou seja, será necessário acertar o mínimo de 28 questões.

**Boa prova!**



**ESTADO DE GOIÁS**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA**  
**E DO ADOLESCENTE DE VARJÃO/GO**  
**PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR**  
**EDITAL 002/2023**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

---

**ASSINATURA CANDIDATO CONFORME DOCUMENTO OFICIAL**

**CADERNO DE PROVAS**

Questão 01 - Se uma criança recebe tratamento vexatório e constrangedor, não tem sua opinião e expressão consideradas e não tem preservados seus espaços e objetos pessoais, três direitos fundamentais previstos nos artigos 16, 17 e 18 do ECA lhe estão sendo negados. Esses direitos são, respectivamente:

- a) respeito, liberdade e dignidade
- b) dignidade, liberdade e respeito
- c) liberdade, dignidade e respeito
- d) dignidade, respeito e liberdade.

Questão 02 - São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

- I. Defesa técnica por advogado.
- II. Assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei.
- III. Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.

Estão corretos os itens contidos na alternativa:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) I, II e III

Questão 03 - É direito de toda criança ser plenamente preparada para o desenvolvimento harmonioso de sua personalidade, crescer no seio da família em um ambiente de felicidade, amor compreensão e respeito; deve ainda estar plenamente preparada para a vida independente na sociedade. Nesse sentido, o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prevê que nenhuma criança ou



**ESTADO DE GOIÁS**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA**  
**E DO ADOLESCENTE DE VARJÃO/GO**  
**PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR**  
**EDITAL 002/2023**

adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, ferindo seus direitos fundamentais, sendo punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou \_\_\_\_\_.

- a) premeditação
- b) omissão
- c) justiça
- d) determinação

Questão 04 - Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente quais medidas descritas abaixo?

- I – Advertência.
- II – Obrigação de reparar o dano.
- III – Prestação de serviços à comunidade.
- IV – Liberdade assistida.
- V – Inserção em regime de semi-liberdade.
- VI – Internação em estabelecimento educacional.
- VII – Qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

- a) Apenas os itens I, II, III, IV
- b) Apenas os itens I, II, IV
- c) Apenas os itens I, II, III, IV, V
- d) Todas as medidas citadas acima

Questão 05 - Na ocasião de um plantão Conselhos Tutelares recebem denúncia de que determinada mãe durante reiterados finais de semana, mais especificamente no período noturno deixa seu filho de apenas 2 anos de idade sozinho, sai para a rua e volta somente ao amanhecer. Qual a primeira providência a ser adotada pelo Conselho Tutelar?

- a) Visitar a mãe, adverti-la com rigor da sua conduta e fazer o acompanhamento da família durante um determinado período.
- b) Tirar a criança da mãe e colocá-la em uma família substituta.
- c) Denunciar a mãe na Secretaria de Assistência Social.
- d) Encaminhar, de pronto, relatório à Promotoria de Justiça para que esta adote as providências que julgar necessárias sob pena de ser responsabilizado por omissão.

Questão 06 - Para candidatar-se a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos do candidato os seguintes requisitos, **exceto**:

- a) reconhecida idoneidade moral
- b) idade superior a 18 anos
- c) residir no Município



**ESTADO DE GOIÁS**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA**  
**E DO ADOLESCENTE DE VARJÃO/GO**  
**PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR**  
**EDITAL 002/2023**

- d) ter sido escolhido pela comunidade local

Questão 07 - Adolescente que já teve envolvimento em diversos outros atos infracionais, inclusive pichações, foi flagrado após pichar a parede de uma biblioteca pública. Em juízo, ele confessou que resolveu pichar a biblioteca, em vez de pichar casas, pois as paredes estavam muito sujas. Diante disso, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa CORRETA sobre as medidas socioeducativas que podem ser aplicadas ao adolescente:

- a) Obrigação de reparar o dano
- b) Liberdade não assistida
- c) Inserção em regime de liberdade
- d) Obrigação de tirar notas acima de sete na escola

Questão 08 - Marido e Mulher podem servir no mesmo Conselho Tutelar?

- a) Sim, comprovado a união em certidão de casamento oficial pelo cartório.
- b) Sim, desde que não sejam em certidão de casamento oficial pelo cartório.
- c) Não, baseado no artigo 140 do ECA.
- d) Não, no entanto poderá ser aberto precedente se optarem em trabalhar em horários diferenciados.

Questão 09 - No que concerne ao Estatuto da Criança e do Adolescente, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) Considera-se criança a pessoa até quatorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.
- ( ) A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.
- ( ) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.
- ( ) Podem adotar os maiores de dezoito anos, independentemente do estado civil.

- a) F - F - V - V
- b) F - V - F - F
- c) F - V - V - V
- d) V - F - F - V

Questão 10 - De acordo com a Lei n. 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as seguintes afirmativas.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA**  
**E DO ADOLESCENTE DE VARJÃO/GO**  
**PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR**  
**EDITAL 002/2023**

I. Por serem penalmente inimputáveis, os menores de dezoito anos somente estão sujeitos à aplicação de medidas socioeducativas.

II. A liberdade assistida será adotada, pelo prazo máximo de seis meses, sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

III. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, não se admitindo, em nenhuma hipótese período de internação excedente a três anos.

IV. Aos pais ou responsável pela criança ou adolescente poderão ser aplicadas medidas de destituição do poder familiar.

A análise permite concluir que estão **CORRETAS**:

- a) as afirmativas I, II, III e IV
- b) apenas as afirmativas II, III e IV
- c) apenas as afirmativas I, II e III
- d) apenas as afirmativas I, III e IV

Questão 11 - Considera-se criança, para os efeitos da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990:

- a) a pessoa com doze anos de idade completos
- b) a pessoa até doze anos de idade incompletos
- c) a pessoa até onze anos de idade completos
- d) a pessoa até onze anos de idade incompletos

Questão 12 - De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990 e alterações posteriores), as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas:

- a) à Justiça da Infância e da Juventude
- b) ao Conselho Tutelar
- c) às Instituições Sociais
- d) a Famílias Substitutas

Questão 13 - São atribuições do Conselho Tutelar, **exceto**:

- a) Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança. Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- b) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração



**ESTADO DE GOIÁS**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA**  
**E DO ADOLESCENTE DE VARJÃO/GO**  
**PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR**  
**EDITAL 002/2023**

administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

- c) Expedir notificações.
- d) Elaborar o orçamento para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Questão 14 - Marque a questão **incorreta**. É proibida a venda à criança e adolescente de:

- a) armas, munições e explosivos
- b) bebidas alcoólicas
- c) bilhetes lotéricos e equivalentes
- d) revistas de interesse científico

Questão 15 - Preencha com V para verdadeiro e F para Falso:

- ( ) O Conselho Tutelar poderá requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário, podendo fazê-lo diretamente, sem autorização judicial;
- ( ) Encaminhar ao Ministério público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- ( ) Em cada Município haverá somente um Conselho Tutelar, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução;
- ( ) É de competência de o Conselho Tutelar requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- ( ) Reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no município são os requisitos exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para a candidatura a membro do Conselho Tutelar;

- a) V, F, F, V, V
- b) V, V, F, V, V
- c) F, V, F, V, V
- d) F, V, V, V, V

Questão 16 - Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão os casos ao Conselho Tutelar, exceto em relação a:

- a) Maus tratos envolvendo seus alunos.
- b) Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- c) Elevados níveis de repetência.
- d) Notas abaixo da média.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA**  
**E DO ADOLESCENTE DE VARJÃO/GO**  
**PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR**  
**EDITAL 002/2023**

Questão 17 - Sobre os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente são órgãos públicos colegiados, compostos por representantes governamentais e não governamentais.
- b) O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) possui competências de regular disposições gerais da política de atendimento à criança e ao adolescente em todo o país.
- c) Os Conselhos Tutelares são órgãos públicos municipais, constituídos por membros eleitos por um mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução.
- d) Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente podem manter fundos especiais para aplicação em programas e projetos de proteção à infância e juventude, com a possibilidade de captar recursos de doações que permitem deduções no imposto de renda.

Questão 18 - No que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o conselho tutelar é órgão:

- a) permanente, autônomo e não jurisdicional
- b) permanente, autônomo e jurisdicional
- c) interino, subordinado ao Ministério Público e não jurisdicional
- d) permanente, subordinado ao Ministério Público e jurisdicional

Questão 19 - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas:

- a) Pelo Chefe do Poder Executivo
- b) Pela Autoridade judiciária
- c) Pelo(a) Delegado(a)
- d) Pelo Presidente da Câmara Municipal

Questão 20 - Conforme o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente –, a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde:

- a) Mediante a efetivação de políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- b) Mediante a efetivação de políticas públicas que permitam a partir do primeiro ano de vida o desenvolvimento sadio.
- c) Mediante a efetivação de políticas privadas que protejam os ideais republicanos.
- d) Mediante a efetivação de políticas privadas que permitam o crescimento, casamento e procriação das crianças e adolescentes.

Questão 21 - Os programas de execução de medidas socioeducativas devem





**ESTADO DE GOIÁS**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA**  
**E DO ADOLESCENTE DE VARJÃO/GO**  
**PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR**  
**EDITAL 002/2023**

oferecer condições que garantam o acesso dos adolescentes socioeducandos às oportunidades de:

- a) Trabalho na condição de jovem aprendiz.
- b) Superação de sua situação de conflito com a lei.
- c) Estudo e acesso às universidades públicas.
- d) Manutenção em sua família de origem.

Questão 22 - O artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta itens que configuram dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente. Assinale a alternativa que não apresenta um deles:

- a) Acesso aos níveis mais básicos do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
- b) Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- c) Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- d) Atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Questão 23 - Em relação à gestão do Sistema de Garantia do Direito da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que incumbe aos Estados:

- a) Criar e manter os programas de defesa de direitos e de atendimento socioeducativo, para a execução das medidas próprias.
- b) Colher informações sobre a organização e funcionamento dos sistemas, entidades e programas de atendimento e oferecer subsídios técnicos para a qualificação da oferta.
- c) Estabelecer diretrizes gerais sobre as condições mínimas das estruturas físicas e dos recursos humanos das unidades de execução.
- d) Instituir, regular e manter os seus sistemas de defesa de direitos e de atendimento socioeducativo, independentemente das diretrizes gerais dos Planos Nacionais e Estaduais, respectivos.

Questão 24 – Conforme o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente –, os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus tratos contra criança ou adolescente serão:

- a) Informados no rádio do município e deverão ser amplamente divulgados.
- b) Obrigatoriamente comunicados ao conselho tutelar da capital Federal – Brasília.
- c) Se autorizado pelo pai da criança ou adolescente, comunicado ao conselho tutelar.





**ESTADO DE GOIÁS**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA**  
**E DO ADOLESCENTE DE VARJÃO/GO**  
**PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR**  
**EDITAL 002/2023**

d) Obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Questão 25 - A medida socioeducativa de internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e \_\_\_\_\_.

- a) Excepcionalidade.
- b) Pontualidade.
- c) Regularidade.
- d) Responsabilidade.

Questão 26 - Compete ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) promover, defender e controlar a efetivação dos direitos desse segmento, em sua integralidade, por meio da articulação das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil. Os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil, que integram esse Sistema, deverão exercer suas funções em rede, a partir de eixos estratégicos de ação. Compõem o eixo da promoção dos direitos humanos: as políticas públicas, especialmente as sociais, a execução de medidas socioeducativas e das medidas alternativas

- a) de proteção.
- b) de ambientação.
- c) de parentesco.
- d) pertinentes.

Questão 27 - O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera a criança e o adolescente sujeito de direito. Trata-se de uma situação especial, dada sua condição peculiar de desenvolvimento e, portanto, possui um conjunto de direitos próprios e de meios aptos a assegurá-los, com absoluta prioridade. Em se tratando das entidades de atendimento à criança e ao adolescente, para que se garanta essa absoluta prioridade, determina o ECA (art. 90, § 3º) que os programas em execução serão reavaliados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, constituindo-se critérios para renovação da autorização de funcionamento no máximo, a cada

- a) 6 (seis) meses
- b) 1 (um) ano
- c) 2 (dois) anos
- d) 3 (três) anos

Questão 28 - São infrações administrativas previstas nos artigos 245 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente:



**ESTADO DE GOIÁS**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA**  
**E DO ADOLESCENTE DE VARJÃO/GO**  
**PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR**  
**EDITAL 002/2023**

- a) divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo à criança ou adolescente a que se atribua ato infracional.
- b) deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto.
- c) descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação de autoridade judiciária ou Conselho Tutelar.
- d) hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere.

Questão 29 – Verificada a prática de ato infracional, o ECA prevê um conjunto de medidas sócio-educativas. O item abaixo que NÃO condiz com o conteúdo das medidas sócio-educativas previstas no ECA é:

- a) a liberdade assistida, que será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer momento ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.
- b) o regime de semi-liberdade, que pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.
- c) a obrigação de reparar o dano. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento desse dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.
- d) a internação, que constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, não sendo permitida, em qualquer hipótese, a realização de atividades externas.

Questão 30 - O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma conquista derivada da luta e da articulação dos movimentos sociais e da sociedade civil na defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. Com relação ao ECA e à legislação brasileira referente à criança e ao adolescente, assinale a alternativa correta.

- a) O ECA adota a doutrina da proteção plena e assegura a prioridade absoluta e a condição de sujeito de direitos às crianças e aos adolescentes.
- b) A criança e o adolescente têm direito à liberdade de opinião e expressão, a brincar, a praticar esportes, a divertir-se, a trabalhar e a participar da vida política, na forma da lei.
- c) A guarda confere à criança ou ao adolescente a condição de dependente para todos os fins e efeitos de direito, inclusive os previdenciários.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA**  
**E DO ADOLESCENTE DE VARJÃO/GO**  
**PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR**  
**EDITAL 002/2023**

d) Casais que iniciaram o estágio de convivência a fim de realizar a adoção da criança e(ou) do adolescente, mas decidiram se separar, se divorciar ou dissolver a união estável, não poderão adotar conjuntamente.

Questão 31 - O Estatuto da Criança e do adolescente distingue as medidas socioeducativas das medidas protetivas em razão da especificidade de cada situação em que elas podem ser aplicadas. Em tese, as medidas protetivas são para situações de risco social e pessoal, e as medidas socioeducativas são para as situações de prática de ato infracional. Com base nestas informações e de acordo com a Lei 8.069/1990, assinale a alternativa que indique uma medida socioeducativa.

- a) Acolhimento institucional
- b) Internação em estabelecimento educacional
- c) Inclusão em programa de acolhimento familiar
- d) Colocação em família substituta

Questão 32 - Acerca da colocação em família substituta, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, avalie as proposições a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção.
- ( ) A lei dispensa, em qualquer caso, o consentimento do menor em relação à medida.
- ( ) É vedada, em qualquer hipótese, a colocação em família substituta estrangeira.

- a) F - F - V
- b) V - F - V
- c) F - V - V
- d) V - F - F

Questão 33 - Uma entidade que desenvolva programa de acolhimento institucional poderá acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, desde que em caráter excepcional e de urgência, como determina o artigo 93 do ECA. Nesse caso, a entidade deverá comunicar o fato, em até vinte e quatro horas:

- a) à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
- b) ao Conselho Tutelar
- c) ao Juiz da Infância e da Juventude
- d) ao Ministério Público

Questão 34 - Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta no que tange aos crimes praticados contra a criança e o adolescente.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA**  
**E DO ADOLESCENTE DE VARJÃO/GO**  
**PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR**  
**EDITAL 002/2023**

- a) Os crimes definidos no ECA não estão sujeitos à observância de normas do Código Penal, por se tratar de assunto específico.
- b) Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento é conduta punida com reclusão.
- c) Nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou de outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- d) Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente é crime passível de detenção de dois a quatro anos.

Questão 35 - No que diz respeito a adoção de criança e de adolescente, é CORRETO afirmar que:

- a) A adoção será indeferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.
- b) A adoção não depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.
- c) Enquanto der conta de sua administração e saldar o seu alcance, não pode o tutor ou o curador adotar o pupilo ou o curatelado.
- d) O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil, mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.

Questão 36 - De acordo com o art. 33 do “estatuto da criança e do adolescente” (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), “a guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais”. Em relação ao enunciado, analise as afirmativas abaixo:

- I. A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
- II. Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.
- III. A guarda não confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.
- IV. Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, da autoridade judiciária competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros não impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como o dever de prestar alimentos, que serão objeto de regulamentação específica, a pedido do interessado ou do Ministério Público.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA**  
**E DO ADOLESCENTE DE VARJÃO/GO**  
**PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR**  
**EDITAL 002/2023**

Em relação as afirmativas acima, é correto afirmar:

- a) Todas as afirmativas estão corretas
- b) Todas as afirmativas estão erradas
- c) Apenas a afirmativa III está errada
- d) Apenas a afirmativa IV está errada

Questão 37 - A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente é feita através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nesse sentido, são diretrizes da política de atendimento:

- I – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dele necessitem;
- II – criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;
- III – mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

Estão corretos os itens contidos na alternativa:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) I, II e III

Questão 38 - Margarida deverá ser colocada em família substituta. De acordo com o artigo 28, parágrafo segundo, do ECA, para que isso aconteça, será necessário seu consentimento, colhido em audiência, caso ela já tenha completado:

- a) 8 anos
- b) 10 anos
- c) 11 anos
- d) 12 anos

Questão 39 - Ao tratar do direito da criança e do adolescente à educação, o ECA, em seu artigo 56, determina que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental deverão comunicar ao Conselho Tutelar, dentre outros, os casos de alunos:

- a) reincidentes em situações de indisciplina
- b) cujos pais não acompanham com assiduidade a sua vida escolar
- c) com reiteração de faltas injustificadas, esgotados os recursos escolares
- d) com maior dificuldade de acompanhar os trabalhos escolares



ESTADO DE GOIÁS  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE DE VARJÃO/GO  
PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR  
EDITAL 002/2023

Questão 40 - A efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes deve ser assegurada com prioridade absoluta. A garantia desta prioridade compreende:

- I – primazia de receber proteção e socorro;
- II – precedência de atendimento nos serviços públicos;
- III – privilégio na destinação de recursos públicos quanto à proteção da infância e juventude.

Estão corretos os itens contidos na alternativa:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) I, II e III.

***Parabéns pela conclusão da prova! Lembre-se de que cada desafio é uma oportunidade de crescimento e aprendizado, não importando qual seja o resultado. você deu o seu melhor e isso é o mais importante. Acredite em si mesmo, o caminho para o sucesso é construído com perseverança e resiliência.***